

ATA Nº24

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 30 de abril de dois mil e vinte e um.** -----

-----Ao trigésimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelas senhoras Maria Helena Marques dos Santos e Madalena Marques Santos Simões Pinto com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 26/02/2021 e 26/03/2021;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Intervenção do Público;** -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: DEBATE DA ATUALIDADE SOBRE O TEMA “IMPACTOS DA COVID 19” – SOLICITADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS;** -----

-----**PONTO TRÊS: RELATÓRIO DE ORSERVÂNCIA DO DIREITO DA OPOSIÇÃO.** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Xavier Prior Neto, Víctor Fernando dos Santos Neto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Sérgio Domingos, em substituição de Elisabete Costa Pequeno, Hugo Jorge em substituição de Liliana Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

-----Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Neves Ferreira e António Bastião em substituição de Paulo Alexandre Ferreira Malta, eleitos na lista do CDS. -----

----- Rafael Castro, em substituição de Óscar Gaspar, e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Iguamente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Elisabete Pequeno, Liliana Barreira, Óscar Gaspar, Maria Pedro Silva, Andreia Pereira Santos Marques, Paulo Alexandre Ferreira Malta e Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Sara Caladé, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 26 de fevereiro e 26 de março de 2021.**-----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação as atas das sessões realizadas nos dias vinte e seis de fevereiro e vinte e seis de março de dois mil e vinte e um, tendo as mesmas sido aprovadas, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.**-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por agradecer à Direção do Centro de Educação e Recreio pela cedência do Auditório para a realização desta sessão. Tendo em conta que se está no primeiro ato público a seguir ao 25 de Abril, festejado e celebrado no passado domingo, deixou um agradecimento público à Câmara Municipal, que se associou através dos meios digitais nestas celebrações, principalmente aos funcionários do Gabinete de Turismo e Comunicação que uma vez mais mostraram o seu profissionalismo, a sua dedicação e a sua entrega. A Cerimónia foi um momento muito digno e dignificante para o Concelho, atendendo à situação atípica de não ser presencial. Entretanto, deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre os dias um de março e 30 de abril de dois mil e vinte e um. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem os quiser consultar. -----

-----**C - Justificação de faltas;**-----

Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos senhores Deputados à sessão de hoje. -----

-----**D – Intervenção do Público;**-----

----- Não houve nenhuma inscrição para intervenção do Público. -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”:**-----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e começou por deixar uma palavra de saudação por mais um aniversário do 25 de Abril. Entretanto, questionou sobre o ponto de situação do Orçamento Participativo de 2017. Em relação aos contentores de lixo do Concelho o senhor Deputado ouviu dizer que a Câmara Municipal gastou quase quarenta mil euros em contentores usados à Luságua. Não seria suposto existirem atualmente contentores novos? Perguntou. A norte de Salgueiro existe uma vala de água que marca os concelhos de Vagos e Ílhavo, a mesma precisa de ser limpa. Estão a ser feitos, e muito bem, passeios pedonais em Soza e Fontão e o senhor

Deputado gostaria de saber se existem planos para passeios pedonais em Salgueiro e Lavandeira. Em caso afirmativo, para que ruas em concreto estão previstos e para quando, perguntou. Por fim, referiu-se às fontes do Concelho, lugares muito frequentados, e perguntou quando foram feitas análises à água nas fontes do Palhal em Ponte de Vagos e na Pedricosa em Soza e se os resultados estão afixados publicamente. -----

-----O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e lembrou o Corpo Nacional de Escutas quefoi distinguida com o prémio "Cidadão Europeu" no passado dia 25 de fevereiro de 2021. A distinçãoatribuída ao CNE, pelo Parlamento Europeu, partiu de uma proposta do Eurodeputado José ManuelFernandes do PSD. Mais do que o prémio, está em causa o reconhecimento do valor e da responsabilidade que o CNE tem tido ao longo destes 100 anos na educação e na formação dos jovens para a cidadania ativa e para o desenvolvimento de competências. Sente-se orgulhoso de pertencer a este movimento e enquanto cidadão Vaguense gostaria de prestar a sua homenagem aos antigos e atuais escuteiros, aos seus adultos, os voluntários, bem como aos cidadãos e famíliasque acreditam no valor deste movimento. O nosso lema não mudou e nós adultos costumamos dizer,com alegria, pois estamos "Sempre Alerta para Servir". Nesta mesma ordem de ideias congratulou-se com outra boa notícia, a decisão do Tribunal Constitucional da não aprovação do decreto sobre a morte medicamente assistida, ou mais vulgarmente conhecida por eutanásia. Num tempo em que a vida das pessoas assumiu um valor especial, não fazia sentido os nossos representantes, sem consultarem o povo, tornarem a vida das pessoas descartável. A pessoa humana vale mais do que qualquer ideologia, pensamento, propósito pessoal ou de grupo. Esta boa notícia, só pode fazer lembrar que a vida e as pessoas são o bem mais precioso e terão que ser sempre prioritárias. Ao senhor Presidente, o senhor deputado pede, uma vez mais, que não deixe de dignificar as pessoas, pelos incentivos, pelos apoios, mas sobretudo pelo apoio às instituições e associações que prestam cuidados às pessoas. São formas concretas de realizar a missão social que compete às autoridades, mas que aparece, muitas vezes, nas mãos de particulares ou de ação social. A este propósito, já havia manifestado a sua satisfação pelo aumento de incentivos no plano de atividades e orçamentopara este ano. Acredita que Vagos pode, e deve, dar o exemplo, apoiar a cultura, a educação, o desporto, o voluntariado, e tantas outras formas de contribuir para a realização e manutenção da memória do povo. A política deve servir as pessoas e não servir-se das pessoas, algo que alguns dos que governam teimam em esquecer quando se está em processo eleitoral. Por fim, uma palavra para a CPCJ e a Cáritas Diocesana com as preocupações da violência doméstica, algo que a pandemia escondeu ou intensificou e que requer um maior cuidado. -----

----- O senhor Deputado Rafael Castro usou da palavra e começou por questionar qual o balanço da adesão da Câmara Municipal ao acordo a que aderiu, entre o Ministério da Saúde e Associação Nacional de Farmácias, para a vacinação em farmácias no Município de Vagos para pessoas com sessenta e cinco ou mais anos, quantas pessoas foram vacinadas ao abrigo deste programa. Entretanto referiu-se às vias de circulação do Município que se encontram em mau estado e referiu-se a três delas. A estrada que liga a Vagueira ao Areão, é visível o seu estado de degradação e

aproxima-se a época balnear e, por isso pergunta se estão previstas algumas melhorias para esta via. A estrada dos Alemães, em Santa Catarina, tem estado associada a alguns acidente rodoviários, e alguns deles até com alguma gravidade, e pergunta se a Câmara já tem este lugar sinalizado, e se sim, se está prevista alguma intervenção. A estrada Professora Maria Henriqueta, em Vagos, é uma das quais as sargetas estão deslocadas do nível da estrada e questionou se a situação já está sinalizada e quando será corrigida. No portal base.gov, conforme se pode consultar, no dia oito de fevereiro de dois mil e vinte e um foi realizada a aquisição de prestação de serviços em que o adjudicatário é o senhor Cláudio Curto e que se destina ao apoio do relacionamento do Município com as Juntas de Freguesia, pelo valor de dezoito mil seiscentos e vinte e três euros. O senhor Deputado pergunta o que é que já foi feito e o que é que é esperado fazer. -----

----- A senhora Deputado Patrícia Ferreira usou da palavra e referiu que está muito curiosa em relação a todo este movimento que tem havido em torno dos CENSOS 2021. A Câmara não é diretamente interveniente neste processo, mas deve ter, certamente, o *feedback* das Juntas de Freguesia. A senhora Deputada tem conhecimento de situações de muita dificuldade a nível da terceira idade e partilhou uma delas. Uma pessoa idosa, com dificuldade na mobilidade, pediu à pessoa que lhe entregou a carta com o código para a ajudar a preencher e a pessoa recusou-se e disse-lhe que se dirige-se à Junta de Freguesia. A senhora Deputada pergunta se esta situação está correta, que dificuldades é que se têm encontrado e o que é que pode ser feito. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por se associar às palavras do senhor Deputado Sérgio Martins em relação ao Corpo Nacional de Escutas, e no orgulho em ser Escuteiro, e neste prémio que é atribuído. Entretanto, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da estrada Rines-Sanchequias. Aparentemente, a estrada está terminada e, portanto, quando é que a obra será entregue. O senhor Deputado tem conhecimento de que há pequenos defeitos que estão a ser corrigidos e pretende saber como é que este processo seguirá. Em relação ao posto de carregamento de viaturas elétricas, tendo conhecimento de que o posto de Vagos já está instalado e já está a ser utilizado, perguntou para quando é que está previsto o posto de Ponte de Vagos começar a funcionar. Entretanto, deixou uma saudação especial a todos os funcionários das IPSS's e louvar a iniciativa que o Programa CLDS da Santa Casa da Misericórdia e da Associação BETEL em conjunto com a Câmara Municipal de se associarem num agradecimento público a todo o trabalho que estas senhoras têm feito ao longo destes catorze meses de pandemia. Deixou também um agradecimento público a todos os funcionários e a todas as IPSS's pelo trabalho que têm feito. Quanto aos CENSOS o senhor Deputado referiu que não lhe parece que haja falta de apoio por parte de quem coordena o processo, porque ele ficou com a questão do CENSOS da mãe e estava para o fazer este fim de semana, uma vez que termina o prazo dia três de maio. Entretanto, alguém lhe telefonou, porque souberam que ficou com o papel da mãe, a perguntar porque é que ainda não tinha preenchido e ofereceram-se para ir a casa dela tratar do assunto. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e referiu que o preocupa o estado em que se encontra a Vila, e de alguma maneira também o Concelho. Tantas casas em ruínas e

abandonadas. Tantos muros de vedação destruídos e tanto matagal. Tudo isto dá um aspeto de uma terra abandonada. Basta um apelo, por escrito, da Câmara Municipal aos seus proprietários para que de facto se interessem por zelar mais pelo seu património. O senhor Deputado gostava de vera vila de Vagos e o Concelho mais bonitos. Por exemplo, no Jardim do Santo António, junto ao Bairro Dr. Pedro Guimarães, ficaria muito bem aquele muro pintado, porque tal como está dá um aspeto triste. Quanto à pandemia o senhor Deputado congratulou-se, porque olhando ao aspeto a nível nacional, Vagos está em primeiro lugar em questão de vítimas e em questão de casos. Como católico que é o senhor Deputado acredita que tudo isto também se deve à Nossa Senhora de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e começou por falar na estrada Rines-Sanchequias, sobre as rampas, as subidas e as descidas, e perguntou se está a ser pensada alguma forma de tentar minimizar aquela situação. A situação tal como está afeta um pouco os condutores que por ali passam. Outra questão que tem a ver com a limpeza junto à antiga EB da Parada de Cima, e junto ao Cristo Rei, ou seja, está lá um matagal enorme e o senhor Deputado não sabe se é a Câmara que limpa, se é a Junta de Freguesia ou se é o empreiteiro da obra Rines-Sanchequias. Por último, voltou a referir-se ao Posto Médico de Covão do Lobo e quis saber se há alguns desenvolvimentos em relação a este processo. Uma boa notícia é que vai ter um serviço de atendimento 24 horas *on-line*, portanto, nem tudo é mau. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e lembrou que o senhor Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal procurou fustigar o Governo pela forma como este preparou e pelo alegado atraso do Plano de Recuperação e Resiliência, que é muito importante para a recuperação da economia nacional nos próximos anos. Como é sabido, Portugal foi, entretanto, o primeiro Estado Membro da União Europeia a entregar o plano. É um plano muito ambicioso e essacircunstância da entrega e as orientações do plano foram bastante elogiadas pela Comissão Europeia e todos os quadrantes, de uma maneira em geral, acabaram por elogiar o plano. É um plano muito importante que tem mais de dezasseis mil milhões atribuídos, catorze mil milhões de subvenções, e ainda se pode aceder aos empréstimos. O próximo passo é a análise da Comissão Europeia, pelo Conselho ECOFIN, e deverá ser aprovado até ao final do período de Presidência do Conselho da União Europeia que Portugal está a dirigir. Logo de seguida uma Estrutura de Missão tomará conta do projeto e tomará conta do conjunto de concursos que serão associados a este Planode Recuperação e Resiliência. A Câmara Municipal tem de estar atenta a isso, porque as tipologias estão definidas, há muitos projetos que também já lá estão definidos. O senhor Deputado assume que poderá haver alguns subprojetos em algumas tipologias que podem ser úteis e dada a natureza das prioridades podem ser úteis em particular para Vagos, no domínio do ambiente e no domínio industrial. O senhor Deputado diz isso porque se falou nos *missing links* na última reunião e isto poderá estar sempre em cima da mesa e perguntou ao senhor Presidente da Câmara se lamenta por ter feito críticas a um plano que é consensualmente elogiado por todos, e se se vai manter atento a todo este processo ou se vai continuar a não prestar atenção nenhuma a este plano. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que por momentos pensou que o senhor Deputado Bruno Julião vinha aqui anunciar que o PRR já estava aprovado, mas afinal ainda faltam uns certos passos e isso não altera o facto deste plano ter sido elaborado sem terem sido ouvidas uma série de entidades que deviam ter sido consultadas para a sua elaboração. Mas a questão que o levou a usar da palavra tem a ver com o Palacete Visconde de Valdemouro, ou seja, pretende saber se a obra vai avançar, porque é que ainda não avançou, como é que está o projeto, se houve algum problema, como é que está a decorrer o processo. A outra questão prende-se com a iluminação do Centro da Vila, se já há alguma novidade relativamente a esta situação. O senhor Deputado passou no Centro da Vila e reparou que estava lá instalado um contentor e pensou que fosse já para proceder à alteração da iluminação. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e começou por perguntar para quando os pagamentos em atraso às Juntas de Freguesia. A dezoito de dezembro de dois mil e vinte aprovou-se aqui um empréstimo bancário de curto prazo e perguntou se já foram efetivadas as transferências para as Juntas, os valores relativos a dois mil e vinte e se não foram para quando será. Outro assunto prende-se com a Comissão de Trânsito, ou seja, na sessão de vinte e seis de fevereiro o senhor Presidente da Câmara referiu que este órgão tem reunido de forma regular e o senhor Deputado gostaria de saber o porquê de não serem remetidas as deliberações dos pontos em falta pela Junta de Freguesia de Ouça e solicitados pela Junta, há mais de dois anos e que ainda não foram enviados. Em relação às Comemorações do 25 de Abril deixou nota de que foi uma Cerimónia que honra a data e deixou uma nota para o site da Câmara Municipal, isto é, quando às transmissões foram feitas, pelo menos a deste ano e do ano passado, foram seguidas de outras publicações divulgadas no site. -----

----- O senhor Deputado José Martins usou da palavra e começou por dar nota do excelente serviço prestado à comunidade Vaguense naquilo que tem sido um hábito de sempre dos Bombeiros Voluntários de Vagos. Se sempre são precisos nesta época de pandemia têm tido um papel bastante importante. Entretanto, abordou o tema das obras e Vagos precisa de algumas intervenções urgentes. O senhor Deputado tem conhecimento que já foi feita a intervenção na Rua Banda Vaguense, mas é preciso mais. E ao precisar de mais pelo menos precisa-se de ter uma noção *dostimings* para essas intervenções. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. No entanto começou a sua intervenção solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que seja aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente da Câmara de Viseu, senhor Almeida Henriques, pois foi alguém que esteve ligado ao Concelho de Vagos, enquanto Presidente da Assembleia Geral da Mais Vagos. Em sede de Reunião de Câmara já foi também aprovado um Voto de Pesar. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que irão ser votados, no final do Período antes da Ordem do Dia, conforme o Regimento, dois Votos de Pesar: um pelo falecimento do senhor Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu; e outro pelo falecimento do senhor Nuno Pandeirada, funcionário da Câmara Municipal de Vagos, mas só nesse momento

conforme determina o regimento. -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra para, agora sim, responder às questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal. Relativamente ao orçamento participativo dos quatro projetos aprovados, dois já estão completamente realizados, o de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e o de Calvão. O de Santo André aguardava a conclusão da obra do Pavilhão e já estão a ser adquiridos, neste momento, os equipamentos. Em Ponte de Vagos, tal como já aqui foi referido por diversas vezes, há uma questão técnica com a solução que venceu o Orçamento Participativo está em estudo uma forma de resolver o assunto. Quanto à questão dos contentores do lixo o que foi feito, e foi aprovado, foi uma aquisição dos contentores que já estavam no terreno. Não era suposto haver contentores novos. A Câmara tem sim uma recontendorização, a substituição de todos os contentores no concurso que existe já adjudicado, o contrato já assinado, aguarda apenas o visto do Tribunal de Contas. Está a ser discutida uma possível suspensão da eficácia do ato administrativo em sede de Tribunal, porque houve um concorrente que reclamou a decisão da Câmara Municipal da adjudicação e assinatura do contrato. O que foi feito, e está muito explícito no contrato foi a substituição dos contentores. Havia alguns que estavam melhores e outros piores, foram avaliados os contentores de acordo com a sua qualidade e foi feito o pagamento à empresa Luságua pelo valor que os serviços técnicos entenderam como sendo justo. Quanto à vala da água em Salgueiro, o senhor Presidente registou a informação e terá de ser analisada a situação com o Presidente da Junta de Freguesia, sendo que essa não é uma competência nem da Junta de Freguesia nem da Câmara Municipal, mas vão tratando desses assuntos sempre que é necessário. Em relação aos passeios não é só no Fontão, vão ser feitos passeios em mais sítios e para já vai ser aplicado o lance na estrada desde o Fontão até Salgueiro. Está a ser feito o trabalho preparatório para que o empreiteiro Victor Almeida & Filhos vá repor o pavimento tal como o devia ter feito, por força da empreitada não ter ficado bem executada. Existe uma garantia e o empreiteiro vai ter que repavimentar a estrada toda. Para que o trabalho ficasse de certa forma finalizado foi-lhe feita a adjudicação da colocação do lance e é isso que está a ser feito também em Rio Tinto e, eventualmente, também no Covão do Lobo. No que respeita às análises da água, apesar de não ser uma competência da Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia tomam conta da ocorrência. Do que o senhor Presidente tem conhecimento a da fonte do Palhal a análise foi feita e está um placard com os resultados da análise da água. No caso da água da fonte da Pedricosa já foi feita uma análise através de uma ligação que a Câmara Municipal tem com a Associação de Municípios do Carvoeiro e irá ser feita uma segunda análise muito em breve. Em relação ao Corpo Nacional de Escutas o senhor Presidente só se pode associar, a Câmara Municipal de Vagos é Medalha de Ouro Centro Nacional de Escutas de Aveiro, e ele próprio já recebeu a mesma menção do Corpo Nacional de Escutas Nacional, pela forma como têm trabalho em conjunto. Quanto à questão da Eutanásia o senhor Presidente está absolutamente de acordo com o que foi dito pelo senhor Deputado Sérgio Martins. Relativamente à vacinação da gripe esse acordo não resultou em nada porque não havia vacinas. O Governo veio anunciar uma coisa que depois efetivamente não deu em nada. Quanto às vias em mau estado, a estrada Vagueira – Areão não é uma prioridade, embora

se saiba que está em mau estado e tem sido feita a requalificação. Na estrada do Alemães é verdade que ocorrerem alguns acidentes e recentemente a Câmara Municipal reforçou a sinalização, mas também ficou patente na segunda notícia que saiu no Jornal O Ponto, depois de ouvir os Bombeiros Voluntários, chegou-se à conclusão que não havia nenhum problema assim tão drástico com esta via. A Câmara Municipal não fica tranquila e sossegada quando há acidentes numa via rodoviária e admite que o facto de ter limpo a vegetação tenha deixado os condutores sem pontos de referência e essa situação tenha causado descompensação na circulação. Ali não é uma questão do mau estado da via, porque ela até está com boa qualidade e isso por vezes até proporciona que se aumente a velocidade e os acidentes ocorram. A estrada Maria Henriqueta o senhor Presidente não tinha essa referência em relação às sargetas e registou a informação. Relativamente à adjudicação do contrato com o senhor Cláudio Curto essa até foi uma sugestão feita pelo senhor presidente de Junta de Freguesia de Oucanuma sessão da Assembleia Municipal, ou seja, foi colocada essa questão da necessidade de a Câmara Municipal ter alguém que fizesse a ligação entre os Presidentes de Junta e a Câmara Municipal. Desde há uns três anos a esta parte o trabalho que o senhor Cláudio Curto faz é de ligação aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. O grupo municipal do PS pode sempre perguntar aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia qual o trabalho que o senhor Cláudio Curto faz todos os dias. Relativamente ao CENSOS 2021 quando foi feita a distribuição dos folhetos informativos ainda não podia ser feito o preenchimento, pode ter a ver com isso. Contudo, também não pode ser feito o preenchimento em casa porque os recenseadores estão proibidos de entrar dentro da casa das pessoas. O que a Câmara Municipal arranjou em conjunto com as Juntas de Freguesia foi que os espaços das Juntas estão abertos e têm apoio dos recenseadores a fazer o preenchimento. Além disso o Espaço do Múncipe em Fonte de Angeão e o Espaço do Múncipe em Vagos também estão abertos e as pessoas também se podem dirigir lá para solicitar ajuda no preenchimento do inquérito. A questão da estrada Rines-Sanchequias terminava hoje o prazo, terá de ser feita uma vistoria para a receção provisória da obra. A Câmara Municipal tem conhecimento que ainda há uma série de coisas que ainda não estão concluídas, chamadas de atenção feitas ao empreiteiro que ainda não estão realizadas. Enquanto não for feita a receção provisória o empreiteiro terá de fazer essas retificações e já tem andado a fazer algumas. A questão das elevações da via, redutores de velocidade, são para reduzir e é um dos trabalhos que ainda está por fazer. A questão da limpeza do espaço exterior da antiga EB de Parada de Cima é uma responsabilidade, ainda, do empreiteiro enquanto não for feita a receção provisória. Mas, a partir da próxima semana a Câmara Municipal irá articular com a Junta de Freguesia essa questão para ser executada a limpeza em conjunto. Quanto às casas em ruínas na vila, a Câmara Municipal em tempos já aprovou um Regulamento da Área de Regeneração Urbana do centro da Vila de Vagos onde essas pessoas que fazem a recuperação do edificado podem ter um benefício fiscal. Aliás, muitos poucos foram os casos em que se fizeram operações de regeneração urbana com esses benefícios fiscais. Um dos sítios, graças à Direção do Centro de Educação e Recreio de Vagos da altura, que fez essa operação foi precisamente o CER, portanto, fizeram uso desse benefício fiscal. A Câmara Municipal já proporcionou esse

incentivo e mais do que isso é muito difícil. Quanto à questão do COVID de facto Vagos tem tido poucos casos e não se deve só a Nossa Senhora de Vagos, mas também a algum trabalho da parte das IPSS's, dos Bombeiros, da Câmara Municipal, do pessoal médico e dos Vaguenses em geral. Em relação ao Posto Médico do Covão do Lobo continua-se a debater esse tema. A Câmara Municipal em conjunto com ACeS do Baixo Vouga vão implementar um sistema piloto de consultas vinte e quatro horas por dia. Serão três os espaços em toda a Região Centro, a ARS Centro teve direito a três, com serviços de atendimento 24 horas e agora terá de se avaliar como é que corre. Em breve será colocada mais uma médica na Unidade de Saúde de Ponte de Vagos e ir-se-á tentar que com esse novo reforço se possa ajudar a reabrir o Posto Médico do Covão do Lobo. A Câmara Municipal está também muito atenta à questão da Gafanha da Boa Hora, porque está exatamente com o mesmo problema, ou seja, com a escassez de recursos humanos que existe e com a concentração por causa das questões do COVID aqui no Centro de Saúde de Vagos tem tornado difícil a abertura do Posto Médico da Gafanha da Boa Hora. Quanto à questão do PRR o senhor Presidente não retira nem uma vírgula àquilo que disse sobre o assunto, pois este é o Plano mais centralista que conhece e os *missing links* que lá estão nenhum deles é de Vagos e ninguém sabe o critério porque estão lá aqueles e não estão lá outros. A Câmara terá de estar atenta ao futuro quadro comunitário, não será no PRR. Aliás, no PRR há um “*escândalo absoluto*” e indo para a área da saúde, que é aquela que está mais em voga, verifica-se que os três investimentos em centros hospitalares que existem são os três na área da grande Lisboa, deixando de fora, por exemplo, o Hospital de Aveiro que tanto precisa, como se sabe. Em relação ao Palacete Visconde de Valdemouro no caso do contrato houve um pedido de suspensão da eficácia da assinatura do contrato por parte do segundo classificado. Esta semana já saiu a decisão, não foi dada razão à empresa e, neste momento, aguarda-se o visto do Tribunal de Contas para poder avançar. Relativamente ao contentor instalado no Centro da Vila tem a ver com uma empreitada que está já adjudicada desde o ano passado que é a iluminação do Centro da Vila que está já em execução onde irá ser feita a requalificação da pérgula e a iluminação daquele espaço mais central. Em relação aos pagamentos em atraso à Junta de Freguesia de Ouca existe um trimestre em atraso, referente a dois mil e vinte, o que significa que já foram pagos três trimestres depois que se obteve o empréstimo. De facto a Câmara Municipal não está ainda com os pagamentos em dia às Juntas de Freguesia, mas irá aproveitar o mês de junho, que é o mês de receber receita extraordinária, para acabar de regularizar os pagamentos em atraso. Quanto à Rua Banda Vaguense ainda está a ser feita a intervenção, vai ser alargada aquela via, está-se a fazer a limpeza, vai-se colocar manilhas, em conjunto com a Junta de Freguesia. No que respeita ao “*timing*” das empreitadas há a Rua da Fonte que está adjudicada, aguarda-se apenas que o empreiteiro entre em obra, e é uma obra absolutamente fundamental. Entretanto, está-se também com a requalificação da Zona Industrial adjudicada e também se aguarda que o empreiteiro entre em obra. A questão dos “*timings*”, está sempre muito dependente daquelas que são as disponibilidades dos empreiteiros. Por fim, o senhor Presidente pediu autorização à Mesa para passar a palavra ao senhor Vice-Presidente para responder à questão dos postos de carregamento elétrico. -----

----- O senhor Vice-Presidente usou da palavra e explicou que relativamente aos postos de carregamento de veículos elétricos a Câmara Municipal começou, há cerca de um ano, com o posto de carregamento semi-rápido da Praia da Vagueira, que tem sido bastante utilizado. Esse posto de carregamento é operado pela EDP Comercial. Em relação ao posto de carregamento de Vagos a Câmara Municipal também definiu que é um ponto estratégico, pois tem perto a A17, e a intenção é instalar um posto de carregamento rápido. Neste caso já se está a falar de um posto de carregamento que permite carregar a cinquenta quilowatts e em simultâneo a cinquenta quilowatts em corrente contínua, em DC, e permite também carregamento em corrente alternada. O posto de carregamento rápido de Vagos entrou em funcionamento no dia vinte e seis de março é operado pela *Power Dot*. O posto de carregamento de Ponte de Vagos está concluído, o que falta já não depende da Câmara Municipal, e aguarda-se que na próxima semana possa entrar em funcionamento. -----

----- O senhor Deputado António Bastião voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Presidente da Câmara não respondeu à questão que havia colocado sobre se havia planos para serem feitos passeios no lugar de Lavandeira e se sim quais as ruas contempladas. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que este ponto serve para os membros desta Assembleia colocarem questões à Câmara Municipal e ao senhor Presidente da Câmara Municipal. O senhor Deputado considera absolutamente lamentável que depois de uma pergunta se responda “*senhor Deputado vá perguntar aos Presidentes de Junta.*” Não acha esta postura minimamente aceitável e a própria Mesa deve estar atenta a este tipo de discussões e evitar este tipo de atitudes. Este é aliás um exemplo paradigmático do que a seguir iremos discutir relativamente ao Estatuto do Direito da Oposição. O que aqui foi perguntado não é nada de pessoal contra ninguém, ou seja, foi contratado um militante do PSD por vinte mil euros durante trezentos dias e é normal que se pergunte quais os resultados esperados desse trabalho técnico, porque não é um trabalho político, pois esse é desempenhado pelos senhores Vereadores e pelos membros dos Gabinetes que, aliás, também terão o pelouro das Juntas de Freguesia. Se foi necessário contratar alguém para fazer este trabalho é porque esse trabalho não estava a ser possível ser feito pelo corpo político. As perguntas são: que resultados é que se esperam e que tipo de trabalho técnico é que está a ser desenvolvido e no final dos trezentos dias do contrato o que é que se poderá observar? Quanto ao protocolo com a Associação Nacional de Farmácias é um protocolo que existiu que proporcionou a existência de vacinas para vários Municípios, inclusive para Municípios vizinhos de Vagos, como Cantanhede, e Vagos como provavelmente se inscreveu tarde neste programa não terá recebido, é um facto o que o grupo municipal do PS aqui veio dizer, de fonte segura. -----

----- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra e esclareceu que em relação às intervenções e à dialética de cada um dos oradores é da sua responsabilidade e a Mesa não se pode aqui colocar numa posição de cortar a palavra só porque a resposta não é objetivamente direta à pergunta. Nunca fez em relação à Câmara ou a qualquer outro membro da Assembleia e não o irá fazer, porque considera que era claramente estar a cortar a oportunidade do debate fluir e de cada pessoa fazer a sua intervenção e o seu contraditório. Aliás, seria até uma censura quando se

celebrou à poucos dias, a liberdade e o vinte e cinco de abril. O senhor Presidente da Assembleia só intervirá se houver faltas de respeito ou ofensa à honra, de resto não irá fazê-lo. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que o senhor Presidente da Câmara não respondeu a uma questão que colocou relativamente à Comissão de Trânsito. Entretanto, deixou também uma questão ao senhor Vice-Presidente sobre os postos de carregamento de veículos elétricos, ou seja, sabendo-se que o futuro serão os carregamentos rápidos, e não os semi-rápidos, porque é que na Ponte de Vagos não há pelo menos uma tomada de carregamento rápido e em dois mil e vinte e um ainda se andam a instalar carregamentos semi-rápidos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e em relação à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião referiu que ele vê coisas onde elas não existem. O senhor Presidente respondeu objetivamente à pergunta que foi colocada. Esta questão do Cláudio Curto foi colocada aqui, foi uma sugestão do Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, numa Assembleia Municipal em tempos onde foi dito que para melhorar a relação com a Câmara Municipal podia-se ter alguém, e até sugeriu que a Câmara contratasse. O senhor Presidente entendeu que era uma boa sugestão e fez isso, portanto, não há aqui como negar isto. O senhor Cláudio Curto faz um trabalho de interligação com as Juntas de Freguesia, diariamente. Não existe materialidade no trabalho que o Cláudio faz. Agora, o que o senhor Presidente disse foi que perguntasse aos Presidente de Junta de Freguesia o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Cláudio Curto porque o PS não tem nenhum Presidente de Junta eleito aqui no Concelho de Vagos. E se for para ir ao preciosismo não são vinte mil euros, que referiu o senhor Deputado Bruno Julião, nem os dezoito mil e qualquer coisa que o senhor Deputado Rafael Castro disse, porque a este valor há deduções a fazer em impostos. O trabalho que o Cláudio faz é um trabalho que está à vista, que não envergonha ninguém, antes pelo contrário, é um ato de gestão da Câmara Municipal e o objeto do contrato está no base.gov.pt onde está tudo específico e claro. Quanto à questão dos passeios, na Lavandeira foi feito um trabalho em algumas ruas que não é exatamente passeio, é um cimentado, e para já, por parte da Câmara Municipal não está previsto, mas a Junta de Freguesia poderá ter algumas intenções em relação a essa matéria e quando tiver far-se-á o que se tem feito com todas as Juntas, ou seja, trabalhar-se-á em conjunto, a Câmara Municipal fornece o material e a Junta a mão de obra. Em relação às vacinas da gripe, o Governo nem sequer ministrou as vacinas da gripe, prometeram milhões de vacinas de gripe e depois deram “meia dúzia” de vacinas. Esse contrato com a Associação Nacional de Farmácias foi um embuste para as farmácias, porque retirou as pessoas dos Centros de Saúde e pô-las nas farmácias a perguntar por vacinas e foram disponibilizadas muito poucas. No processo de vacinação da gripe foi feita uma péssima gestão assim como foi feita uma péssima gestão no início do processo de vacinação da COVID 19. Agora o processo tomou um bom rumo, mas foi preciso por à frente do processo um militar, que está a fazer as coisas como deve ser e o trabalho está à vista de todos. Ainda bem que existe muita articulação com os Municípios, por exemplo aqui em Vagos, porque o Centro de Saúde nem tem, muitas vezes, dinheiro para ir comprar pensos e tem de ser a Câmara Municipal a fazê-lo, e se for para ir pela legalidade a Câmara Municipal ainda não tem competências na área da saúde. Relativamente à

Comissão de Trânsito o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ouca pediu as atas e elas ainda não lhes foram enviadas. As atas inicialmente era disponibilizadas no *site* da Câmara Municipal e, entretanto, os representantes da Comissão de Trânsito, da qual em termos políticos só faz parte a senhora Vereadora Dulcília Sereno, decidiram não disponibilizar as atas no *site*. Agora, este órgão até decidiu nem fazer atas e as decisões que saem destas reuniões são indicados como conselhos para a Câmara Municipal para que esta possa, depois, tomar decisões em relação a estas questões de trânsito. Relativamente à questão em concreto o senhor Presidente já reuniu e já informou o senhor presidente da Junta de Freguesia de Ouca sobre o resultado dessa reunião, que tem a ver com o sentido de trânsito numa rua, e foi lá a GNR e uma série de técnicos. Quando é o próprio Presidente de Câmara a informar o Presidente de Junta de Freguesia numa reunião que houve sobre a questão em concreto não há necessidade de tantos formalismos. Portanto, não se enviaram as atas, mas informou-se o Presidente da Junta de Freguesia do sentido da decisão da Comissão de Trânsito. -----

----- O senhor Vice-Presidente usou da palavra para esclarecer a questão dos postos de carregamento de veículos elétricos, colocada pelo senhor Deputado Jorge Pereira. Realmente o futuro é esse, ou seja, instalar os postos de carregamentos rápidos e até os ultrarrápidos. No caso da Ponte de Vagos é uma situação que pode demorar a resolver porque os postos rápidos precisam de pelo menos de 100 kVA, portanto teria de se ter um local para responder em tempo real. O que é que se pode fazer, é com tempo dotar alguns sítios do Concelho com essa potência necessária e depois nada impede de substituir aquele posto por um rápido, porque aquele é aproveitado e deslocado para outro lado. Essa foi a razão, não haviam ali 100kVA disponíveis perto para instalar o rápido. Aqui em Vagos o posto de carregamento rápido já começou a ser mais utilizado, as coisas começam a ser conhecidas. A Câmara Municipal tem um *site* onde consegue saber quantas pessoas estão a usar e quando é que foi usado. Este vai ser o futuro, mas a transição também não pode ser brusca. -----

----- Terminadas as intervenções o senhor Presidente da Mesa colocou a aprovação os Votos de Pesar pelo falecimento do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, e pelo falecimento do funcionário da Câmara Municipal, Nuno Pandeirada. Os Votos de Pesar foram aprovados por unanimidade. -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente Mesa, antes de passar à discussão da ordem de trabalhos e deste ponto, esclareceu que esta seria a sessão onde se discutiria a Prestação de Contas de 2020. A Prestação de Contas não veio a esta sessão porque houve uma prorrogação do prazo para a sua discussão, atendendo à questão da COVID e à questão da implementação do novo sistema contabilístico, podendo o assunto ser discutido até trinta de junho de 2021. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. No entanto, pediu autorização à Mesa para a senhora Vereadora Sara Caladé dar uma nota adicional relativo a um assunto importante. -----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé usou da palavra e explicou que queria deixar uma nota sobre um projeto e uma candidatura que o Município tem em fase de aprovação e no qual vai ser necessário o apoio de todos na divulgação e depois na própria implementação. Trata-se de um programa que tem a ver com o cadastro simplificado, ou seja, o registo de prédios rústicos, que se chama EBUPI. O que vai aqui acontecer é uma articulação entre a Câmara Municipal, as Conservatórias e a população para se conseguir ter na Câmara Municipal um cadastro com informação geométrica, para que não seja só a informação predial, mas também ter o cadastro registado no SIG da Câmara Municipal dos prédios rústicos. A Câmara Municipal vai, depois, fazer várias campanhas, vai pedir o apoio das Juntas de Freguesia e dos membros da Assembleia Municipal, porque é preciso chegar a todas as pessoas, uma vez que isto implica que as pessoas cheguem à Câmara Municipal e isso implica a vontade das próprias pessoas. Não pode ser só a Câmara a fazer o registo, tem que haver a demonstração das pessoas. O projeto está muito próximo de ser aprovado e, depois ir-se-á falar com todos para se conseguir em conjunto ficar com a maior parte das propriedades rústicas do Concelho registadas, porque isto traz todos os benefícios que se sabe, inclusive, até depois na questão da limpeza das matas e das florestas e de identificar todas as pessoas e os limites das próprias propriedades. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que a conta a fornecedores tem um saldo de um milhão e quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros de dívida e setecentos e setenta e sete mil euros a empreiteiros. Nesta data a Câmara Municipal deve a fornecedores e empreiteiros dois milhões e duzentos e vinte e nove mil euros. Em relação aos gastos com a pandemia é importante esclarecer que a Câmara Municipal já gastou trezentos e dez mil euros na aquisição de bens e serviços e já concedeu apoios a instituições no valor de sessenta mil euros. O que o senhor Deputado pergunta é se esta aquisição de bens e serviços já estão todas pagas e se os apoios concedidos a instituições também já foram pagos. Em primeiro lugar espera-se que grande parte destas despesas que tenha sido feita a empresas do Concelho de Vagos, para ajudar o comércio local, mas, mais do que isso, perguntar como é que estão a processar os pagamentos. Não basta só comprar no comércio local é preciso agilizar a liquidez das empresas e do comércio do Município, isto é, vale sempre a pena comprar no comércio local, mas depois se é para pagar a sessenta ou a noventa dias o que acontece é que o comércio local acaba por ir pedir dinheiro para satisfazer as necessidades da Câmara Municipal para lhe vender os equipamentos. Numa altura em que não tem liquidez o comércio local acaba por se endividar ainda mais e, então, não se sabe bem se é para ajudar se é para endividar ainda mais. Portanto, é importante perceber se estes valores já estão pagos, ou quanto é que estão pagos e já agora perceber se destes trezentos e dez mil euros se há, nem que seja por alto, uma perspetiva da percentagem deste valor que foi comprado no Concelho de Vagos. Quanto à informação jurídica o senhor Presidente gosta muito

de dizer que desde que mudou de gabinete de advogados que nunca mais perdeu um processo, mas há aqui duas alterações, uma delas em que o Município ganha e outra em que o Município é condenado a pagar. No planeamento e obras públicas dar boa nota da conclusão das obras de requalificação da habitação social. Em relação ao PRR consta muita informação relativamente à habitação social e, por isso, pergunta se a Câmara está a preparar, ou se tem algo preparado, para depois apresentar nomeadamente na componente número dois ainda que faltem esclarecimentos quanto à definição do acesso aos Municípios, pois existe lá uma rubrica de programa de apoio no acesso à habitação social que em Vagos tão necessitada está. Em relação ao Bairro Pedro Guimarães foi notório que se realizaram lá obras, nota-se por fora que as obras, aparentemente, foram bem feitas. No entanto, na informação da Ação Social verifica-se que há vinte e quatro apartamentos arrendados e seis apartamentos devolutos, um T3 e cinco T2. O senhor Deputado pergunta se as obras foram feitas só por fora, e não foram por dentro, ou a informação está desatualizada. Relativamente ao *site* da Câmara Municipal o senhor Deputado que não estão lá as transmissões do 25 de Abril e era importante estarem, até pelo trabalho que as transmissões deram e pela imagem simbólica que lá está, e da divulgação dos artistas Vaguenses. O que falta também é a informação relativa aos ajustes diretos, ou seja, não está no *site* informação nenhuma, sobre este assunto, desde dois mil e dezassete. Se tem lá o separador era importante estar atualizado senão era de o remover. -----

----- O senhor Deputado Rafael Castro usou da palavra e referiu que no dia vinte e um de maio de dois mil e vinte a Juventude Socialista de Vagos endereçou um conjunto de questões e sugestões ao executivo camarário. Uma das sugestões era sobre a não realização do concurso literário João Grave e a possibilidade do mesmo se desenrolar de forma on-line, pelo menos para os alunos a partir do 5º ano, uma vez que eram estes que revelavam ter mais autonomia. Quais as avaliações feitas à época pelos técnicos e outros profissionais que impossibilitaram o concurso no ano transato mas que em dois mil e vinte e um já permitem a realização deste mesmo concurso? Pergunta. Nas informações dos serviços operacionais é referida a execução de passeios na Rua Padre Vicente Maria da Rocha, nessa mesma rua, junto à Santa Casa da Misericórdia há um estacionamento para carros. No entanto, já há algum tempo tem dois postos instalados nesse estacionamento sem que tenha sido corrigido. Está prevista a sua correção, está identificado o problema? Pergunta. No documento é referida a limpeza dos terrenos municipais e o senhor Deputado questiona, ao certo, quantos metros quadrados foram limpos. Na informação relativa à Proteção Civil é referida a Comissão de Trânsito. O senhor deputado tentou ir ao *site* da Câmara Municipal e a última ata disponível é do dia doze de setembro de dois mil e dezanove e, nesse sentido, questiona quais foram as conclusões retiradas desta reunião. Ainda no *site* da Câmara Municipal a última ata referente ao Conselho Municipal da Educação é de cinco de fevereiro de dois mil e treze. Continuando no *site* da Câmara Municipal indo ao item transparência municipal - a transferência económico-financeira - alínea três - mapas e execução orçamental - a última atualização é de dois mil e quinze. Era importante que o *site* da Câmara Municipal tivesse informação mais atualizada e que pudesse ser consultada por todos os municípios. Nas informações sobre a Proteção Civil é referida uma reunião

de preparação da época balnear, quais foram as conclusões e que novidades é que há para o senhor Presidente partilhar. Nas informações sobre Energia e Infraestruturas também é referida a reparação do Pavilhão Municipal de Vagos pelos estragos da tempestade Leslie, e lembrou que esta tempestade foi em outubro de dois mil e dezoito. Para quando está previsto terminar estas obras, porque já se desenrolou algum tempo desde a data dos estragos. Na informação sobre a Ação Socialé referido que há seis apartamentos devolutos no Bairro Dr. Pedro Guimarães e o senhor Deputado pergunta de são recuperáveis e se sim quando iniciam as obras, se não quais são os planos para os mesmos. No documento é ainda feita referência à resposta *on-line* do questionário relativamente à monitorização de pessoas sem abrigo em território vaguense. Qual é o número de sem abrigos e qual a resposta que a Câmara Municipal dá a essas pessoas. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que contrariando aquilo que é seu hábito, pois não costuma falar de dinheiros, hoje precisa de questionar o senhor Presidente por que razão aparece uma verba utilizada pela Câmara Municipal para ajudar, ou para resolver, alguma das questões e algum trabalho que compete a algumas instituições, nomeadamente o Centro de Saúde. O senhor Deputado pergunta qual tem sido a participação do Estado Central para com o Município de Vagos relativamente a estas questões que se prendem com a COVID. Este talvez não seja o ponto para se discutir este assunto, mas, e porque, foram utilizados cerca de sessenta mil euros gastos pela Câmara Municipal o que é que o Estado já mandou para Vagos. Em relação à área desportiva e cultural o senhor Deputado nota que em Vagos não foram abandonadas, bem pelo contrário, e continua-se a mostrar que é possível fazer alguma coisa. Este não é um trabalho exclusivamente da Câmara Municipal nem das Associações, é um trabalho conjunto e está à vista. O senhor Deputado quis deixar um apreço muito grande, enorme, pelo esforço de tanta gente que tem dado a cara, tem sabido ultrapassar as dificuldades que são eminentes, porque as pessoas estão um pouco cansadas de promessas e ações há muito poucas. Felizmente, que o Município de Vagos não tem fechado as portas todas. Projetos como o Vagos em Cen@ trazem a palco, trazem a lume os artistas, aqueles que foram esquecidos a nível nacional. O concurso literário João Grave afinal não “morreu” está novamente de pé. É lógico que as áreas desportivas ficaram um pouco esquecidas, no sentido que tiveram mesmo de parar, fruto dos tempos que correm. A área social é aquela que mais preocupa o senhor Deputado e o que mais lhe interessa é centrar tudo isto nas pessoas. Na ação social foram feitas algumas coisas, o que é que está previsto ou o que é que é necessário ainda fazer para ajudar os Vaguenses que de uma forma escondida, envergonhada e muitas vezes sem apoio estão um pouco abandonados à sua sorte. Vagos ainda pode fazer mais e espera-se mais. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à dívida a fornecedores e empreiteiros o senhor Presidente pensou que o senhor Deputado Jorge Pereira se fosse referir à grande redução desde a última informação. Quanto às questões da COVID estes dados não são os que o Município gastou com a COVID, são os dados que são enquadrados de acordo com a DGAL naquilo que são as despesas com a COVID e deu um exemplo desta situação: todo o protocolo que a Câmara Municipal tem com o Núcleo Empresarial de Vagos

para o apoio ao Vagos + Comércio não existe enquadramento para estar aqui. A Câmara Municipal está ainda a tentar resolver essa questão, mas no caso do acordo com o NEVA está-se a falar de cerca de cem mil euros e mais outras coisas que, entretanto, não foram quantificadas, como por exemplo: o custo das viaturas; o custo dos telemóveis; etc. O senhor Presidente não tem ideia da percentagem gasta na aquisição de bens e serviços no Concelho. A Câmara Municipal sempre que tem necessidade de adquirir bens e serviços, e há no Concelho quem os forneça, dá preferência, de acordo com a lei, aos fornecedores do Município. No entanto, por vezes a questão do preço não pode ser significativa. A intenção dos serviços é sempre de adjudicar a fornecedores do Concelho, desde que a lei permita e seja possível fazê-lo. No caso concreto da aquisição de bens e serviços relacionados com a COVID existe também uma instrução na Divisão Financeira para que haja uma prioridade no pagamento, porque amanhã poderá precisar-se do mesmo fornecedor para adquirir mais material e ficar-se bloqueados por não ter sido efetuado o pagamento a tempo e horas. Em relação à habitação social é dos poucos “dossiers” onde os Municípios podem ir ao PRR e se bem se recordam já foi aprovado aqui, na Assembleia Municipal, a estratégia local de habitação social. Portanto, o Município já tem a estratégia para poder ir ao PRR. Ainda esta semana houve uma reunião com o Serviço Social no sentido de se preparar as intenções da Autarquia para ir ao PRR. Em relação aos apartamentos do Barro Dr. Pedro Guimarães estavam devolutos porque ainda não tinham sido intervencionados. Eram apartamentos que estavam inviabilizados porque chovia lá dentro, mas agora, depois da intervenção já estão habitáveis. A intervenção efetuada custou à Câmara Municipal cerca de quatrocentos mil euros, mas são obras muito importantes, não são obras eleitorais, para toda a gente ver. Já havia sido feita uma intervenção no Bairro da Corredoura, há uns três ou quatro anos, e agora fez-se a requalificação do Bairro Dr. Pedro Guimarães. Contudo, nem sequer é essa a prioridade do Município, a prioridade tem sido o apoio ao arrendamento, para evitar a deslocalização das pessoas dos seus aglomerados populacionais onde já vivem, e o apoio à autoconstrução. Tem havido uma estratégia da Câmara Municipal em relação à habitação social, ainda sem a estratégia local. A Câmara Municipal tem conhecimento dos casos de necessidades sociais mais graves e está a preparar essa intervenção recorrendo aos fundos comunitários através do acordo com o IFRRU e eventualmente recorrendo a algum crédito bancário, sendo que os Municípios que estiveram já mais adiantados nesta estratégia local de habitação social, como Vagos, podem ter uma majoração no financiamento a fundo perdido. Quanto à questão do *site* da Câmara Municipal termina hoje o prazo dado aos serviços para darem a informação ao Gabinete de Comunicação para atualizarem o *site* e, portanto, em breve estará efetuada a atualização de todas as matérias, pois há informação que já não devia estar e os separadores quando não fazem sentido retiram-se. Esses separadores existiram por alguma razão legal e depois deixou de ser obrigatório, como por exemplo a Câmara Municipal era obrigada a ter determinada informação financeira por causa do PAEL, mas, entretanto, quando se acabou com o empréstimo do PAEL deixou de haver essa obrigação. Há muita informação que é colocada no *site* que não é obrigatório lá estar, mas a Câmara Municipal divulga na mesma e há muita informação que surge por causa da transparência municipal. No que respeita ao concurso literário João Grave avançou e o senhor Presidente recorda-

se da JS ter enviado uma comunicação em maio de dois mil e vinte, mas não tem presente o seu conteúdo, pois já passou um ano e foi uma altura bastante complicada. Em relação ao Pavilhão Municipal de Vagos é certo que a tempestade foi em outubro de dois mil e dezoito, mas só em dois mil e vinte é que a Câmara Municipal recebeu o financiamento que o Governo prometeu. Relativamente à Ação Social é uma preocupação que a Autarquia responde de uma forma muito clara, criando emprego para os Vaguenses e é isso que tem estado a fazer. No Município de Vagos os dados do desemprego são iguais a antes da pandemia, e isso é muito importante para resolver muitas questões sociais. -----

----- O senhor Deputado Rafael Castro voltou a usar da palavra e referiu que ficaram duas questões por responder, uma relativa à limpeza de terrenos municipais, quantos m2 foram limpos, e preparação da época balnear. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que em relação à limpeza de terrenos municipais não tem presente informação para responder à questão, mas compromete-se a fazer chegar essa informação ao senhor Deputado. Em relação à preparação da época balnear há aqui matérias que é importante esclarecer. Desde um de janeiro deste ano que a Câmara Municipal tem a competência da gestão das praias. E o que é que se está a fazer? Há muito procedimentos concursais de atribuições de concessões que vinham, ainda, do tempo da ARH e que esta está a fazer, desde norte para sul. No Canto da Sereia há um processo de reprogramação da concessão, o Esplanada tem também um processo a decorrer na ARH para a prorrogação da concessão e o Casablanca também. Quando há investimentos de fundo existe uma prorrogação da concessão. No caso da Praia do Labrego existe uma nova concessão, e por isso é que foi retirado o bar que lá estava e, de acordo com o POOC, vai lá ser instalada uma nova infraestrutura que já está licenciada. Há aqui a questão da dragagem, que vai ser feita desde a ponte da Vagueira até à ponte do Areão. Não é a dragagem que se desejava, mas foi o melhor que se conseguiu e é uma boa solução. Está um tubo, desde o Canal de Mira até ao mar, que vai lançar os dragados, e não é material poluente, são areias, que vão ser lançados e usados para reforçar a praia do Labrego. Além disso, essa areia, até à época balnear será lavada pelo mar e ficará um areal bonito e tranquilo de usar, sem qualquer problema. Quando chegar a época balnear esse tubo será retirado e poder-se-á fazer uma época balnear normal e espera-se que o bar de apoio esteja pronto para trabalhar nessa altura. A outra concessão é do Município e será feita em conjunto com o NEVA, e será o lançamento do procedimento para atribuição da concessão como é feito todos os anos. A questão dos nadadores salvadores será tratada como nos anos anteriores. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: DEBATE DA ATUALIDADE SOBRE O TEMA “IMPACTOS DA COVID 19” – SOLICITADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS;** -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião, do grupo municipal do PS, fez a apresentação deste ponto e referiu que voltaram a este tema por ser um tema da atualidade e não haverá outro que seja mais atual do que este. Numa rápida retrospectiva, os primeiros casos humanos da COVID-19 foram

identificados em dezembro de 2019. No dia 2 de março de 2020 foi confirmado o primeiro doente em território português. A Organização Mundial da Saúde declarou o surto de COVID-19 uma pandemia em 11 de março de 2020. O país teve de pôr em prática algumas medidas urgentes: Reforço orçamental; Alterações legislativas; Reforço da comunicação; Reforço e gestão de equipamentos e recursos humanos no sistema de saúde; Articulação com entidades locais, tais como unidades de saúde, autarquias e outras. Depois, numa fase mais avançada: Aumento da capacidade de testagem e aumento e organização da capacidade de vacinação, que se está agora a desenvolver de forma muito bem articulada com um conjunto de entidades. A resposta foi inevitavelmente global. Particularmente a União Europeia deu uma resposta muito mais rápida do que deu na última crise, ao nível do reforço orçamental, ao nível da articulação entre os países e ao nível do reforço da ciência para se ter uma vacina, um instrumento muito importante dentro do quadro financeiro que serve para isto mesmo que é o Next Generation EU. Indo ao contexto autárquico, foram publicadas Leis e Decretos-Lei sobre: Contratação e realização de despesa pública; Suspensão e alargamento de prazos; Medidas sobre o distanciamento social e isolamento profilático; Abordagem provisória às normas dos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, que foi aliás utilizado por esta autarquia; Isenções; Empréstimos; Apoios a pessoas em situação de vulnerabilidade; Receita; Suspensão do prazo de utilização de empréstimos a médio e longo prazos; Muitas mais, incluindo outra legislação sobre funcionamento dos órgãos locais, incluindo sobre as nossas reuniões e a possibilidade de se realizarem digitalmente. Portanto, ao longo deste período, procurando todas as melhores práticas europeias (porque também foi assim que foi sendo produzida legislação), e, no caso das Autarquias, ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias, foram criadas condições para que as autarquias locais pudessem participar no esforço coletivo que está em curso e, no geral, têm feito um grande trabalho. Neste contexto, desde abril do ano passado que o Partido Socialista e a Juventude Socialista de Vagos foram fazendo várias propostas, notando que na sua esmagadora maioria, infelizmente, foram sendo recusadas sem nenhuma razão concreta sobre cada uma. Já na Assembleia Municipal de Vagos do dia 9 de junho do ano passado, interpelou a Câmara Municipal para que fizesse mais no apoio aos Vaguenses. O senhor Deputado recuperou algumas das propostas para avivar a memória e para perceber se é hoje que tem uma resposta concreta para cada uma delas. Entre algumas medidas, o grupo municipal do PS propôs: O financiamento de solução para ajudar em pequenas reparações na casa de quem mais necessita, uma solução para apoiar especialmente a população sénior que está mais isolada; Solução que apoiasse o pagamento de água, de rendas, de taxas de derrama e publicidade, ocupação de espaço público e outras; suspensão de pagamento de água através da AdRA, proposta posta em prática por vários Municípios; Devolução na íntegra da percentagem municipal de IRS, medida que aliás se tem vindo a discutir de forma bastante acesa na Assembleia Municipal no debate anual do orçamento. Estes, foram apenas alguns exemplos de propostas que são implementadas aliás por Juntas de Freguesia e também Câmaras deste país. Um dos exemplos que na ocasião apresentaram foi o de uma autarquia que estabelecia montantes máximos a atribuir

diretamente às famílias sinalizadas em função do número de elementos do seu agregado familiar; designadamente um montante para apoiar pagamento de renda, outro para eletricidade, gás, água e tudo o que vinha na fatura da água (relacionado com saneamento, resíduos sólidos urbanos, etc.). O cenário atual é o seguinte: a situação pandémica prolongou-se por muito mais tempo do que o previsto. Além de medidas nacionais, que estão a ser implementadas pelo Governo, e cuja validade tem sido estendida como apoios ao lay-off, à ~~recuperação~~ ^{suporte} das empresas, ao rendimento das pessoas, às moratórias bancárias, fiscais e outras no âmbito da Segurança Social, há pessoas e empresas que acumularam períodos longos de necessidades. É uma situação generalizada e também em grupos sociais particulares. Mas, sobretudo insistir nas propostas já referidas e voltar a sugerir, nesta Assembleia, que a Câmara Municipal implemente, desde já, um gabinete de crise social, ancorado na sua rede social, que acompanhe as situações mais complicadas, que articule com a Segurança Social e as IPSS`s e que esteja em condições de avançar, como muitas Juntas e Câmaras do país, com apoios diretos a quem justificadamente deles necessitar, porque os apoios diretos são os mais eficientes a promover a melhor resiliência das famílias neste período. Propõe apoios, a título naturalmente excecional e temporário, num quadro que será enviado à Autarquia, com montantes máximos e indicativos do número de elementos do agregado familiar para que esse gabinete ou a rede social possa apreciar e que sugere um pagamento direto para apoio a pagamento de renda, eletricidade, gás e água. Igualmente, neste contexto, sabe-se que há situações mais particulares e conhecem-se inclusive situações de imigrantes em Vagos que estão cá há pouco tempo, não têm rede social de suporte, e parece que passam situações de fome, tendo nalguns casos filhos de muito tenra idade. Seria bom, neste âmbito, saber se o Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes no Município está a funcionar, quantos casos destes tratou e se estão sinalizados, pois tem conhecimento de situações muito frágeis de pessoas que não têm aquele apoio da rede social. Igualmente, neste contexto, o grupo municipal do PS propõe muito concretamente que a autarquia pague às IPSS`s as mensalidades das crianças das famílias abrangidas por estas instituições, com base num critério definido por esse Gabinete de crise. Esta é uma proposta, mais uma que é feita um pouco por todo o país por Juntas de Freguesias e Câmaras Municipais e Vagos também o poderia fazer. Também é proposto que esse gabinete identifique as casas de restauração que, como é sabido, tiveram de fechar, e possam ter uma ajuda neste desconfinamento para recuperarem as suas tesourarias, por exemplo, com apoios ao pagamento dos transportes nos serviços de take away. Mais uma vez uma proposta que se faz um pouco por todo o país por Juntas de Freguesias e Câmaras. Fundamentam assim a ideia de que as Câmaras fazem parte da solução nacional no combate a esta pandemia e que, infelizmente, a Câmara Municipal de Vagos fez pouco, fica aquém das necessidades dos Vaguenses. Não é que não tenha feito nada, porque todas as Câmaras do país fizeram alguma coisa, mas o PS traz estas propostas concretas e exequíveis que poderiam apoiar os cidadãos naquela que é a maior crise económica dos últimos 100 anos. E é obviamente à oposição que cabe dizer o que não foi feito. É para isto que no nosso entender serve a Assembleia Municipal. É para debatermos os assuntos do nosso concelho, identificarmos problemas e apresentarmos soluções. O grupo municipal do PS

espera que os senhores Vereadores e o senhor Presidente da Câmara não tenham preconceitos em aceitar estas propostas, só por recearem aceitar propostas do Partido Socialista. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que ficou um pouco espantado com esta apresentação. O ponto diz “*Impactos da COVID 19*” e a reflexão que fez foi neste sentido, ou seja, o impacto da COVID na vida das pessoas e não o contrário. O senhor Deputado não sabe se leu bem, mas parece-lhe que era isto. Entende a necessidade de se abordar este ponto, este assunto, é muito importante. Mas será que neste momento se está a fazê-lo pelos motivos certos? As pessoas estão neste momento a sair do desconfinamento, e a recomeçar cada um, as suas vidas e não se sabe o que é que vem a seguir. Por isso, ficou um pouco perplexo com esta forma de se olhar para as coisas. Que o assunto é importante não há dúvidas nenhuma. Esta pandemia está a ser um momento devastador à escala global. Destruiu vidas, famílias, sonhos, esperanças. Mas o mais grave é que destruiu a dignidade das pessoas. Não se trata só das liberdades, mas sim da essência das pessoas, das suas tradições, culturas, celebrações. A COVID trouxe afastamento, separação, isolamento, angústias, desesperos, lutos mal resolvidos. As autoridades procuraram resolver algumas destas questões, nomeadamente as relacionadas com a cura, tratamento, isolamento, testagem, controlo das infeções, propagações. Procuraram, com os estados de emergência, que não houvesse um aumento muito grande de casos e de óbitos. No entanto, foi sempre uma aprendizagem, umas coisas correram bem outras menos bem. O mais grave é quando a política se intromete, quase exclusivamente, e não deixa espaço para decisões corajosas e eficazes das instituições. A política tem feito algumas, e muito bem, é bom que isso aconteça, porque esse é esse o propósito e para isso são eleitos. Se estivermos atentos à comunicação social e aos diferentes comunicados das autoridades e do governo ouvimos com demasiada frequência falar dos milhões, e a primeira parte da apresentação do senhor Deputado Bruno Julião foi sobre essa área, necessários para ajudar a ultrapassar a pandemia, do que se pede aos cidadãos e não daquilo que efetivamente faz falta fazer. O senhor Deputado Sérgio Martins começa a ficar um pouco cansado, porque ele não vê isso na vida do cidadão normal. Aquilo que aconteceu, ou vai acontecer às pessoas é que elas vão ter uma fatura demasiado elevada para elas e ainda não conseguiu perceber como é que se vai resolver esta questão para o cidadão comum. As sucessivas alterações aos planos de vacinação, as propostas e depois espera-se uns dias para ver no que isto vai dar. Tudo isto causa ansiedade e põe as pessoas nestes dramas, porque as pessoas vivem escondidas e isoladas. O senhor Deputado houve falar muito de apoios para a educação no ensino à distância e estão agora a ser entregues os computadores aos alunos e professores para o ensino à distância, quando já estamos novamente no ensino presencial. Esta semana o senhor Deputado foi visitar alguns professores numa Escola e deparou-se com uma professora a sair com o computador novo, ainda dentro da caixa. Esta foi uma proposta de há muitos meses atrás, mas já se está em ensino presencial e não em ensino *on-line*. Isto é sinal de que afinal as coisas não correram assim tão bem. Os impactos da pandemia podem estar à vista, este pode ser um deles. Todos os dias se ouve questão necessários milhões para a TAP, para o Novo Banco. E para as pessoas efetivamente o que é que veio? O que é que as pessoas já receberam com isto? Entende-

se as dificuldades, mas os anúncios com pompa e circunstância em nada ajudam a ultrapassar as dificuldades que neste caso são de todos. É por estas razões que em quase nenhum momento se ouviu da boca dos responsáveis uma palavra a anunciar alguns, já não digo milhões, mas tostões para com os mais pobres, estes que já estavam de fora e que de fora voltaram a ficar. Não são os de RSI, mas os de pensões miseráveis, que trabalharam toda uma vida, os de pensões de sobrevivência. Não são as pessoas que não puderam trabalhar durante algum tempo, não são os pequenos empresários que sofreram com esta pandemia, ou as empresas, foram sim as pessoas que já não tinham recursos e que foram literalmente esquecidas. Não é digno ouvir dizer que vão uns milhões para, e peço desculpa pelos exemplos, para uma TAP, um Novo Banco, entre tantos outros e não há algumas dezenas de euros para os mais pobres. Eles também são Estado. O Estado na sua função social não pode passar ao lado. O senhor Deputado aconselha a leitura de um artigo de hoje, do jornal Expresso, um anúncio do senhor Primeiro Ministro sobre a pobreza. Este anúncio foi feito há dois anos e hoje faz todo o sentido, ou seja, vem a notícia de que é preciso apoiar os pobres. Outra palavra é para a educação. Não poderia deixar faltar uma palavra de enorme apreço pelo trabalho abnegado de tantos milhares de professores que por esse país fora, fizeram "das tripas coração" para responder a uma situação tão constrangedora. O senhor Deputado ainda não ouviu ninguém, "lá de cima" a dizer que eles foram uns heróis, quando eles deixaram as famílias, deixaram os horários e deixaram tudo para se dedicarem à educação. Neste sentido, a pandemia também trouxe coisas boas, como um desenvolvimento das literacias digitais. O senhor Deputado tem conhecimento do esforço "heroico" de tantos professores que num curto espaço de tempo e com os seus próprios meios, conseguiram responder positivamente à questão do ensino à distância, mesmo com todas as imperfeições. Fala-se de homens e mulheres, muitos deles já numa fase avançada das suas longas carreiras no ensino, cansados, desiludidos, maltratados, descredibilizados, até pela tutela, mas nunca resignados. Não foram só os médicos e enfermeiros que estiveram na linha da frente os professores também estiveram nessa linha da frente. São estas respostas nos momentos difíceis e que os nossos governantes em momento algum tiveram a coragem de vir "também aplaudir" como fizeram e continuam a fazer, e muito bem, com os profissionais de saúde. Os nossos professores deram tudo de si, mesmo a troco de prejuízos enormes para as suas famílias, sem horários, de dia ou de noite, de semana ou de fim de semana e que "na boca de alguns" nada fazem. Enquanto cidadão está agradecido, muito grato pelo exemplo de serviço ao país aos alunos e suas famílias, pois também eles continuaram, mesmo à distância, a ser pais, psicólogos, assistentes sociais de muitos alunos. Esta geração poderá não ter as melhores aprendizagens académicas, aprendizagens não solidificadas, mas teve e tem um povo preparado para enfrentar o futuro com otimismo e coragem. As pessoas valem mais do que os milhões, elas são a razão de tudo isto. A COVID-19 terá que continuar a ser uma experiência de aprendizagem originando um maior respeito pelas pessoas e pela sua dignidade. -----
----- O senhor Deputado Victor Neto usou da palavra e referiu que nisto tudo, e pegando nos impactos, a ciência mostrou que produz factos, produz dados e que os políticos, tomadores de decisão, devem ouvir os cientistas e não dizer-lhes que se devem entender entre si. Devem, eles

sim, serem capacitados para descortinar esses factos. A pandemia vai trazer repercussões e as pessoas terão de estar atentas a elas. Não se deve desperdiçar todo o investimento que foi feito e, por isso, devem aproveitar os computadores que estão a chegar. Os professores, por exemplo, fizeram um conhecimento de aprendizagem no ensino à distância e devem aproveitar isso para dar continuidade. É, por exemplo, altura de as mochilas dos miúdos deixarem de ser tão pesadas e começar a apostar em manuais digitais, obviamente, partilhados com o papel, mas há aqui campo a evoluir. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que o senhor Deputado Bruno Julião veio aqui defender um conjunto de ideias e a política é mesmo isto, confronto de ideias, com algumas das quais o CDS não está de acordo e, por isso, fez um género de reflexão sobre este tema. Um ano depois o grupo municipal do PS trás outra vez esta matéria a debate, e muito bem, mas a verdade é que um ano depois está-se na presença de um Estado de Direito que não se conseguiu adaptar a esta situação e que já não é nova e inesperada como no ano passado. Hoje já todos deviam estar melhor preparados, há um ano haviam uma série de desculpas que eram aceitáveis e perceptíveis, mas que agora deixaram de fazer algum sentido. Há setores que continuam com as mesmas deficiências de há um ano atrás e a pandemia só veio colocar a nu o que já todos sabiam. Se em condições normais os serviços já trabalhavam nos limites com uma pandemia pior ainda. A verdade é que é nestes momentos inesperados que se distinguem os bons políticos dos outros, na capacidade de se adaptarem às circunstâncias por mais inesperadas que elas sejam. Se houve uma realidade que a pandemia trouxe é que no Governo Central há poucos bons políticos e muito poucas boas políticas. Por exemplo: nos apoios destinados aos trabalhadores com recibos verde; trabalhadores precários sem proteção social, como o setor cultural, o setor do turismo, milhares de processos na segurança social sem serem despachados e as pessoas continuam à espera dos apoios que não chegam. Os técnicos da segurança social não têm capacidade para despachar os processos, devia-se ter reforçado esse setor que se sabia de antemão que iam ser pulverizados com pedidos de acesso. Equipas que já antes trabalhavam mal, ou lentamente, por falta de apoio físico, propriamente dito, agora pior ainda. Relativamente a estes apoios, todos os dias surgem notícias/propaganda governamental sobre promessas e depois apoios concretos e apoio no terreno às pessoas vê-se muito pouco. O que se considera é que há que ser ambiciosos na elaboração de um plano, mesmo um ano depois, e ter a coragem de assumir um caminho diferente contra a instabilidade criada por esta situação que se vive. Indo ao encontro do que foi dito pelo senhor Deputado Sérgio Martins é inevitável falar destes apoios todos, a bancos, à TAP, de milhões, e depois, por exemplo, num dos casos de uma proposta feita pelo CDS-PP, do vale farmácia, que consistiria num cartão atribuído aos idosos, com mais de sessenta e cinco anos com baixos rendimentos, para apoiar na compra de remédios que lhes seria entregue e seria aceite como pagamento nas farmácias diretamente no ato da compra integral de medicamentos, o governo chumba a proposta. A proposta era destinada a idosos com mais de sessenta e cinco anos que auferiam de rendimentos abaixo dos trezentos e cinquenta e um euros. Outra proposta que o CDS-PP fez de um programa SOS Lares consistia no apoio à contratação de médicos por

parte dos Lares através de uma atualização extraordinária dos acordos com o setor social e solidário. Entretanto, como todos sabem, e muito bem, o salário mínimo foi atualizado, mas depois o setor social nem aumento de apoio, relativamente a esses aumentos, foi contemplado e, portanto, alguma coisa aqui está a falhar. A verdade é que um Estado Social competente só é possível com uma rede de instituições fortes e com empresas saudáveis e competitivas. A ideia que se tem é que após quatro anos da tal bonança económica que o Governo amplamente divulgou devia ter sido feito mais e melhor pelas instituições públicas que estão cada vez mais enfraquecidas e um serviço nacional de saúde que sem os seus profissionais estar-se-ia aqui a falar de repercussões mais graves. Não basta anunciar, relativamente à questão das transparências, transparência pública e criar *sites*, é preciso depois ser efetivo. Quanto à educação o que se viu foi serem distribuídos computadores e agora terá de se ver se isto não é uma medida pontual e de propaganda ou se vai servir para mudar algo nesta área. Quanto à bazuca europeia terá de se ver se o dinheiro que vem vai ser bem utilizado ou não. -----

----- O senhor deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que quando viu o tema proposto pelo grupo municipal do PS pensou porque é que se trouxe este tema. Agora percebeu, e aquilo que sente é que foram todos enganados no tema, porque aquilo que o PS veio aqui trazer não foi impacto nenhum. O que o grupo municipal do PS aqui trouxe foi uma tentativa de intimidação do próprio Executivo e nada dos impactos da COVID 19. Se trouxesse a questão do impacto o senhor Deputado já vinha preparado, assim terá de mudar a sua intervenção. O senhor deputado Juan Carlos solicita ao senhor Deputado Bruno Julião que dê um “empurrão” no Governo, por exemplo, na questão do Programa Adaptar Social + às IPSS’s que foi feito em maio de dois mil e vinte e que até ao momento não há pagamento. Já há uma segunda versão deste programa e ainda não há o pagamento do primeiro. Seria bom o senhor Deputado Bruno Julião fazer esse esforço já que trouxe algumas propostas, mas as propostas não podem ser só propaganda tem de haver execução prática das propostas que são feitas. Depois, há propostas do PS que se sabe perfeitamente que o grupo municipal do PSD está em desacordo e vem, provavelmente, fazer campanha eleitoral, como por exemplo a questão da devolução do IRS. Esta medida beneficia aqueles que menos precisam e não aqueles que realmente precisam. Os que precisam, este valor é dado pelo Município quando os recebe, é esse aspeto que o grupo municipal do PSD defende. E depois é a questão da propaganda. O grupo municipal do PSD vinha cá seriamente discutir os impactos da COVID 19 e não fazer propaganda, talvez com uma cartilha mandada do próprio Governo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e em relação a este tema referiu que é o tema, enquanto Presidente de Câmara, que o deixa completamente tranquilo discuti-lo aqui. Em relação às propostas que o Partido Socialista apresentou algumas já estava a ser implementadas, outras podiam fazer algum sentido foram pensadas e foram algumas implementadas e outras são rejeitadas. O senhor Deputado também não há de querer que as propostas que o PS faça, sejam todas implementadas. Por exemplo, a questão dos pagamentos das rendas, as rendas da Câmara Municipal são avaliadas todos os anos pelos serviços sociais. Se houver perda de rendimento nas

famílias esse ajustamento é feito. Esta é uma medida demagógica, porque a avaliação é feita todos os anos. Em relação à devolução do IRS, o Governo fica com 95% e o senhor Deputado vem sugerir que a Autarquia devolva parte do IRS às famílias, que são os 5% que recebe. Em relação à suspensão do pagamento da água, mais uma medida demagógica, com certeza para os cidadãos verem em casa e gostarem, pois todas as pessoas gostam de não pagar despesas. Agora, qual é a medida social que está por detrás disto? Nada, não tem nada de social. O senhor Presidente faz questão de dizer o que é que a Câmara Municipal fez no terreno. Em termos de Saúde Pública, como aqui foi referido há um ano atrás, pelo Dr. Pedro Almeida, Vagos foi quase sempre o melhor Concelho do Distrito de Aveiro em relação aos números da COVID, e ainda hoje somos. Em relação ao apoio social ao setor social e proteção civil, Vagos foi dos primeiros e muitas vezes os únicos a estar junto dessas entidades. A Câmara Municipal foi das primeiras a: distribuir EPI's e álcool gel às forças de segurança; a estar junto dos Bombeiros a levar muito equipamento de proteção individual e a ajudá-los no financiamento de algumas coisas que precisam; a dotar as IPSS's com testes e EPI's, com apoio financeiro, com apoio técnico, com apoio logístico; na cultura e no desporto fez um apoio permanente às associações; comemoração do 25 de Abril *on-line*; na educação reforçou o número de assistentes operacionais quando as Escolas estavam em funcionamento; comprou e colocou nas mãos dos alunos e professores computadores e acessos à internet, ao contrário do Governo que os prometeu e eles nunca cá chegaram e a autorização para a despesa é de fevereiro de dois mil e vinte e um e o Estado fartou-se de anunciar a aquisição de computadores quando na verdade quem andava a adquirir estes equipamentos eram as Autarquias; reforçou os transportes das crianças; forneceu refeições às crianças carenciadas; fez um apoio logístico permanente às Unidades de Saúde do Concelho quer no processo de combate à COVID, com a cedência de viaturas, de telemóveis e de pessoal; com a colocação do pessoal da Autarquia a fazer rastreios epidemiológicos; desde novembro de dois mil e vinte que a Autarquia tem dois técnicos de educação física no Centro de Saúde e ainda hoje não têm acesso à senha dada pela ARS para poderem ajudar nos rastreios epidemiológicos. Em relação ao processo de vacinação, que está a decorrer neste momento, a Câmara Municipal continua a prestar todo o apoio logístico necessário e no transporte. Não houve nenhum idoso no Concelho de Vagos que tenha ficado sem transporte para ir à vacinação. A Câmara Municipal em conjunto com os Bombeiros Voluntários de Vagos fez o transporte dos idosos que precisavam de ser transportados. Em relação àquilo que interessa, as pessoas e as empresas, porque esse é o apoio que é preciso e foi desde muito cedo que a Câmara Municipal disponibilizou os técnicos a deslocar-se a casa das pessoas para os apoiar na aquisição de bens de primeira necessidade aos mais idosos e aos que estavam confinados em casa. No caso do apoio aos cidadãos o atendimento da Câmara Municipal esteve sempre em funcionamento, ao contrário dos funcionamentos da Administração Pública Descentralizada que não funcionam ou que funcionam muito mal, porque não têm pessoal, e não porque os funcionários que lá estão não sejam competentes, como é o caso das Finanças e da Conservatória. Outras medidas como: isenção de taxas de publicidade; facilitar o processo de licenciamento de esplanadas dos bares e dos restaurantes; apoio ao comércio local com o Vagos+Comércio, e só

em vouchers a Câmara Municipal injetou diretamente quatro mil euros na economia local, quarenta vouchers no valor de cem euros, este mês foram doze mil euros, porque o sorteio foi de três meses acumulados. E, portanto, senhor Deputado é isto que interessa às pessoas de Vagos e o apoio do Governo foi nada, até à presente data. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que se identifica, em parte, com o discurso humanista que o senhor Deputado Sérgio Martins fez e na parte de celebrar quão heróis são os professores e isso já foi dito em abril do ano passado pelo próprio Ministro da Educação, que reconhecia que estava a ser um momento muito especial nas escolas. Os professores têm sido absolutamente excecionais e devem ser mais reconhecidos e, nesta fase em particular, têm dado muito de si. Mas isto não está fora de tempo, a situação pandémica continua, prolonga-se, há todo um conjunto de restrições ainda em vigor. O país encontra-se numa situação de calamidade, há fronteiras fechadas e todos os apoios a nível nacional das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais continuam em vigor e, portanto, faz sentido que se continue aqui a falar destes apoios que não estão fora de tempo. Falando sobre a nota que o senhor Deputado Victor Neto aqui veio deixar, o senhor Deputado Bruno identifica-se em grande parte com o que disse, porque a ciência, de facto, passou a ser um parceiro fundamental de políticas públicas e isso foi uma coisa importante que a pandemia trouxe. Não se quer pôr os cientistas a concordarem todos uns com os outros e a concordarem sempre com os políticos, mas são uma ferramenta fundamental e espera-se que seja uma prática para ficar. O que aconteceu aqui foi que o PS fez o seu trabalho, aliás, desde abril do ano passado, e entende que o deve fazer permanentemente nesta Assembleia Municipal e propôs um conjunto de medidas que são justas e necessárias e mais uma vez se provou que o PSD não as quer implementar, porque acha que já fez tudo o que tinha a fazer e revela aqui dois problemas graves: primeiro quando se faz uma coisa pequena, acha que faz uma coisa grande e depois quando faz uma coisa preocupa-se mais em divulgá-la nas redes sociais do que em fazê-la bem. Aquilo que o PS quer é aproveitar as boas práticas dos Concelhos vizinhos e foi o que trouxe aqui mais uma vez. Não há dificuldade nenhuma em entender os méritos da maior parte destas propostas. O PS não propôs a toda a gente, como o senhor Presidente da Câmara veio aqui dizer. O que propôs, e falou aqui, foi que nos pagamentos de taxa, nas mensalidades, nos apoios a idosos, restauração, famílias carenciadas e no uso da rede social e IPSS's, fossem feitos de acordo com critérios definidos por uma rede social ou um gabinete que pudesse ponderar a atribuição destas medidas. No entanto, consideram que há medidas que mereciam que fossem feitas através de um apoio direto, como muitas Autarquias o fazem. É importante lembrar que a Câmara Municipal poupou muito nos apoios a festas populares, desde o ano passado, e que essa poupança poderia ser bem usada nestes apoios diretos que são propostos. O senhor Deputado lamenta muito, mas o que a Câmara Municipal apresenta na informação do Presidente no combate à COVID é pouquíssimo face ao investimento de Câmaras vizinhas. Dando um exemplo, só em nove meses de dois mil e vinte a Câmara Municipal da Mealhada investiu mais de um milhão de euros nestas medidas de combate à COVID do seu orçamento e sem fazer “queixinhas” de ninguém. Podia-se discutir uma a uma aqui e dizer quais é que são os

seus méritos, mas obviamente que a Autarquia nunca vai aceitar todas as medidas propostas pela oposição, mas pode aceitar algumas no âmbito do esforço coletivo que se está aqui a fazer. O senhor Deputado deixa novamente o desafio para que o senhor Presidente pondere os méritos das medidas que foram aqui apresentadas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para informar o senhor Deputado Bruno Julião que as IPSS's já fazem a avaliação do pagamento da mensalidade pelos rendimentos que têm as famílias. Já existe essa equidade social e há famílias que estão dispensadas do pagamento dessas mensalidades e, portanto, nem se percebe qual é que é a questão. Quanto à questão das boas práticas o senhor Presidente não vai, obviamente, aqui entrar em comparações com Municípios vizinhos, por uma questão de respeito institucional. No entanto, o que pode dizer é que não trocava a situação do Concelho de Vagos pela situação do Concelho da Mealhada em relação ao COVID. Em relação àquilo que são os números efetivos do COVID não trocava. O senhor Deputado pode dizer que os números aceitam o que se lá puser, pode-se relacionar coisas com o COVID que não são COVID. O senhor Presidente desafia o senhor Deputado a fazer uma coisa, que é muito mais interessante do que fazer algumas pesquisas rápidas, que é falar com as pessoas, com as instituições, com a Santa Casa da Misericórdia, com as IPSS's, com os Bombeiros e com as empresas. Se fizer isso vai perceber que está completamente errado e que as medidas que aqui apresenta, aquelas que são úteis são aproveitadas, e o senhor Presidente até foi muitas vezes acusado de aceitar as ideias do PS, mais no passado. No tempo da Dr.^a Ana Maria Vasconcelos, não se pode é aceitar tudo, porque também não concorda com tudo. O que acontece é que se está em matrizes ideológicas completamente diferentes em relação a algumas matérias, nomeadamente quanto à área social, porque o princípio social democrata é apoiar as pessoas e aquilo que fazem é às pessoas que precisam e não a todos, porque não são a favor da igualdade nos apoios sociais. Quanto à questão das boas práticas o senhor Deputado desafiou há pouco tempo o senhor Presidente a fazer uma pesquisa no *google* sobre a questão do Vagos+Comércio. A Câmara Municipal recebeu um prémio, vale o que vale, o senhor Presidente nunca foi de valorizar essas condecorações nacionais, mas Vagos recebeu um prémio nacional. Agora é o senhor Presidente que desafia o senhor Deputado Bruno Julião a pesquisar na internet para perceber que muitos Municípios, alguns aqui vizinhos, têm utilizado e têm copiado, e muito bem, a prática do Município de Vagos que adotou de uma forma inovadora, já em agosto de dois mil e vinte, tendo sido pioneiros na persecução do apoio ao comércio local e que tem tido os méritos que tem. Portanto, se o senhor Deputado considera que isto não é apoiar as pessoas no Concelho de Vagos então está completamente desfasado da realidade, porque a realidade que se tem é de um Concelho que não passou incógnito pelo COVID, como nenhum passou, mas que soube atuar no momento certo. Houve alguma sorte, mas também houve algum trabalho no terreno e esse trabalho não é da Câmara Municipal, é sim de todas as instituições que trabalharam em prol da comunidade e que deram o melhor de si. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos.

-----**PONTO TRÊS: RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DA OPOSIÇÃO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que esta é uma obrigação legal que a Câmara Municipal é obrigada a fazer, mas, de facto, até à data nunca tinha feito este relatório. Não vale a pena, o senhor Presidente assume que nunca foi feito, nunca deu cumprimento ao que estava estatuído. O Partido Socialista cumpriu a sua obrigação de oposição chamando à atenção para esse facto e a seguir a essa chamada de atenção o Executivo Municipal procedeu à elaboração do relatório e entregou à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Contudo, mais do que fazer um relatório é assumir as práticas que devem estar no relatório. Nas práticas presentes no relatório, desde há sete anos que é Presidente de Câmara, nunca, em nenhuma circunstância, nenhum membro da Assembleia Municipal ou nenhum Vereador se viu impossibilitado de ter acesso a qualquer tipo de informação. O senhor Presidente fá-lo de forma constante e permanente, muitas vezes disponibilizando os serviços para darem essa informação sem qualquer intermediação política, porque considera que o exercício dos lugares públicos deve ser feito com rigor, com transparência e cumprindo os requisitos legais. O senhor Presidente assumiu aqui, logo de início, que a Câmara Municipal não deu cumprimento a esse requisito legal. O que aqui está vertido neste relatório é as boas práticas do que é feito todos os dias, quer em sede de Câmara Municipal quer em sede de Assembleia Municipal. O senhor Presidente da Câmara Municipal nunca deixou de responder a nenhuma questão, nunca deixou de dar acesso a qualquer documento que seja tido por essencial numa discussão de um assunto político. Basicamente, é isto que está aqui presente neste relatório. -----

----- O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que se o crime da Câmara tiver sido só não ter feito o relatório, de facto, não precisam de ir a um determinado juiz pedirem para não serem condenados, porque o crime não é grave e as práticas no geral têm sido cumpridas. A política é de facto um assunto muito sério, tão sério que não deve ser deixado só a políticos. A política tem estas coisas engraçadas, ou seja, muitas vezes leva pessoas inteligentes a fazer coisas perfeitamente disparatadas e a entrar em cegueiras que não fazem muito sentido. O PSD tem tido a gentileza de convidar o senhor Hugo Jorge sucessivamente para integrar as listas, e ele tem aceite, embora não seja filiado. O senhor Deputado é independente, simpatiza com as ideias do PSD, mas não é filiado porque lhe custa um pouco as fidelidades partidárias. Quando em dois mil e treze houve necessidade de pedir a intervenção da TROIKA, e dá este exemplo como podia dar outro qualquer, passado uns meses o PS voltou a escolher o Eng^o Sócrates e atualmente fazem silêncio sobre ele. O senhor Deputado não compreende estas fidelidades partidárias. O ex-Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, diz com orgulho, uns meses depois, que se não fosse ele a convencer o Primeiro Ministro o país tinha chegado à bancarrota. Então porque é que ele não falou um ano antes? Em nome de quê? Em nome da fidelidade ao partido? É mais importante do que a fidelidade ao país? Em Vagos evoluiu-se muito em termos de oposição política. Houve momentos em que isto não aconteceu, houve momentos complicados, quer com Câmaras do PSD quer com Câmaras do CDS. Momentos houve em que associações eram perseguidas, porque tinham lá pessoas de outros partidos e não recebiam subsídios. E isto, por Câmaras do PSD e por Câmaras do CDS. Houve Presidentes de Junta de Freguesia discriminados por serem do partido da oposição.

Felizmente nada disto tem acontecido nos últimos anos. No primeiro mandato do Dr. Rui Cruz a Assembleia Municipal a maioria era do CDS e nunca parou nenhum orçamento, nunca parou nenhum plano de atividades e houve uma maturidade política que surgiu a partir daí. Tudo isto para dizer que o senhor Deputado fica muito contente com o que consta do relatório, porque considera que na prática existe essa maturidade política em Vagos. Vagos é, em algumas coisas, um exemplo para o País. Não existe tanta democracia e tanto respeito pela oposição como tem existido em Vagos. Há pormenores por afinar, pois com certeza que há, mas todos são livres, as associações têm funcionado livremente e nesse aspeto todos, partidos da oposição, CDS, PS e PSD, o PSD com mais responsabilidades porque tem sido poder e tem a maioria, estão de parabéns. -----

----- O Senhor Deputado Filipe Jorge ausentou-se da sessão quando eram cerca das vinte horas e cinquenta minutos. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por referir que este ponto foi suscitado por um partido também, caso contrário não estaria aqui na ordem de trabalhos. Este relatório de estatuto de oposição está previsto na lei desde mil novecentos e oitenta e oito e nunca foi aqui discutido, mas há esta *mea culpa* da Câmara Municipal e, portanto, não vale a pena perder mais tempo com isso e o que importa é que se faça de hoje em diante. Basicamente, o que se está aqui para discutir é se a oposição está a ser respeitada. A parte que tem o relatório propriamente dito, que é bastante curto, mostra essencialmente que a Câmara Municipal faz tudo no limite estrito do cumprimento da lei. Talvez apenas com esse objetivo e não estando focada no valor e no enriquecimento dos temas, das discussões e dos documentos em si e do que eles dizem sobre as prioridades políticas e o que se pretende para o Concelho, sendo o orçamento municipal um documento paradigmático disso. Em termos de substância há muitos aspetos que a maioria, no entender do PS, não respeita a letra nem o espírito dos direitos da oposição e referiu alguns exemplos que ilustram essa posição. A lei do estatuto da oposição consagra o direito de a oposição ser ouvida sobre as propostas, nomeadamente sobre o orçamento. Esta Câmara do PSD nunca o fez. Numa eventual interpretação errada da lei a Câmara Municipal manda os serviços perguntar aos partidos se têm propostas a fazer, mas, pelo menos ao PS, nunca deu conhecimento da proposta antes da sua versão final e no momento em que já não aceita alterações. Em maio passado a Concelhia do Partido Socialista interpelou o Presidente da Câmara sobre questões relacionadas com a COVID. O senhor Presidente não respondeu e mandou uma pessoa responder que as respostas seriam dadas na Assembleia Municipal, isto é, não responde nem o Presidente nem o Órgão à interpelação da oposição e remete erradamente para um Órgão que estava intermitente em termos de reuniões com dificuldades de reunir. Essa foi mais uma atuação censurável que ficou registada. A Autarquia facultou à Mesa da Assembleia, que depois partilha com os membros da Assembleia Municipal, um conjunto de documentos em cima da data limite legalmente estipulada para distribuir, muitas vezes documentos que passam pela Câmara semanas ou meses antes e que poderiam facilmente chegar semanas antes aos membros da Assembleia Municipal. Outro exemplo, deste tipo de intervenção, é ridicularizar assuntos importantes como o protocolo com a Associação Nacional de Farmácias dizendo que foram atribuídas “meia dúzia” de

vacinas, quando só em Cantanhede foram disponibilizadas mais de duas mil, assuntos sérios que devem ser abordados com a maturidade que se exige. Outro exemplo, houve uma missiva da JS com propostas de combate à pandemia à qual respondeu o Vereador: *“como deve ser do seu conhecimento a Câmara Municipal dispõe de técnicos e de outros profissionais capazes de avaliar a cada momento a implementação das medidas que forem necessárias para a contenção do vírus.”* Temos que pedir então desculpa por fazer propostas. Qual é que é a conclusão? No entendimento do grupo municipal do PS, independentemente das questões legais que são aqui avaliadas, há um caminho a fazer para o respeito pela oposição e os eleitos e os partidos têm todos a mesma legitimidade democrática. Tanto se serve Vagos no poder como na oposição e quem assim não entende está a prejudicar Vagos e a tentar diminuir os Vaguenses. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que a elaboração deste relatório, a pedido do Partido Socialista, sendo um documento que está previsto na lei, levou a que hoje, se não conhecesse bem o senhor Presidente da Assembleia, pensasse que isto não é uma verdadeira Assembleia Municipal, e sim um momento onde os eleitos locais podiam ouvir as propostas políticas do PS. O senhor Deputado sabe que o senhor Presidente da Assembleia Municipal não o fez com essa intenção, mas já o debate que se teve no ponto anterior, que devia ser sobre a atualidade e sobre o tema que foi apresentado, foi um relambório de propostas do PS. Agora, este tema também serviu para isso. O Partido Socialista, na opinião do senhor Deputado, confunde duas coisas: aquilo que é o respeito pela oposição por aquilo que é fazer aquilo que a oposição quer. Mas para fazer aquilo que a oposição quer, nomeadamente para que em Vagos se faça aquilo que o PS quer, será necessário que o Partido Socialista ganhe as eleições. Em outubro próximo, poderão já ter essa oportunidade, de ganhar as eleições e de aplicar aquilo que são as suas ideias. Quando se diz que o PSD, e neste caso em concreto o Executivo Municipal, apenas procura cingir-se àquilo que a lei obriga há aqui duas coisas. Em primeiro lugar não precisa de ir para além daquilo que está estipulado na Lei, mas muitas vezes vai e o que é preciso é que a oposição também tenha interesse. Os senhores da oposição querem mandar umas propostas e querem receber sempre uma *“respostazinha”* a dizer: *“olhe esta sua proposta, altere lá aí a proposta”*. As propostas são isso mesmo, fazem-se as propostas umas são aceites outras não são aceites. O senhor Deputado não está a ver qual é a dificuldade e onde é que há uma falha de direito de oposição quando o Partido Socialista faz propostas e elas não são aceites. Como todos sabem, nomeadamente os membros do PS, já houve várias vezes que a Câmara Municipal, e este Executivo Municipal em concreto, levaram por diante propostas do Partido Socialista, mas para isso acontecer é preciso que elas sejam boas, que se possam aplicar e que beneficiem Vagos e os cidadãos de Vagos. E depois, conseguem vir aqui dizer que foram desrespeitados seriamente num ou noutro ponto. Os senhores o que queriam era que fosse para além daquilo que está previsto, que fosse precisamente como queriam que fosse. Mas não pode ser. Tem de se respeitar a democracia. Aliás, vieram aqui, e bem, felicitar as Comemorações do 25 de Abril que se realizaram e, portanto, não basta nesse dia fazer um discursobonito, é preciso diariamente aplicar essa liberdade e essa democracia que é aquilo que muitas vezes custa fazer. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e referiu que nem estava para intervir, porque o grupo municipal do PSD interveio e ele identifica-se com o que foi dito. No entanto, para não haver dúvidas, até porque a sessão está a ser transmitida em direto e as pessoas em casa podem ficar confusas. Em relação às propostas do PS, em maio de dois mil e vinte, estava-se no meio da pandemia, na Câmara Municipal estavam o Presidente da Câmara, o senhor Vice-Presidente, o Coordenador da Proteção Civil, Eng.º Miguel Sá, o senhor José António e o segurança. Estavam a dar apoio às associações, às IPSS's, aos Bombeiros Voluntários, a fazer o que de facto interessava e as propostas do PS foram antecedidas pelo envio para a comunicação social. Ora, como é que o PS quer discutir de forma séria esses assuntos quando a primeira intenção que tem é enviar para a comunicação social. Pode não ter sido antes, mas foi logo a seguir. A resposta dada ao Partido Socialista foi de que se poderia discutir o tema na Assembleia Municipal. O senhor Deputado referiu que havia, na altura, dificuldade em reunir a Assembleia Municipal. Quando é que houve essa dificuldade? Quando é que não se fizeram sessões da Assembleia Municipal? Perguntou. O senhor Presidente não se recorda de não terem sido realizadas sessões da Assembleia Municipal. Portanto, é aqui que se discute o tema, é aqui que se faz a democracia. Os membros desta Assembleia são eleitos, são representantes do povo, os partidos elegem, são indicados pelos partidos políticos e vem-se aqui e discute-se cara a cara os assuntos e as propostas apresentadas. Não é política espetáculo da comunicação social onde se anuncia tudo e não se faz nada. No que respeita à vacinação da gripe o senhor Presidente leu o e-mail que foi enviado pela Associação Nacional de Farmácias, relativamente ao protocolo. A Câmara Municipal decidiu aderir e a resposta foi a seguinte. *“Na sequência do vosso e-mail onde manifesta interesse no Programa de Vacinação SNS Local informamos que as farmácias aderentes ao programa, localizadas no Município, irão receber durante a época vacinal cinquenta vacinas cada uma, com vista a reforçar a cobertura vacinal da população, com sessenta e cinco ou mais anos, de Vagos, garantindo desta forma a equidade no acesso ao serviço de vacinação. “Realmente não foram “meia dúzia”, foram cinquenta por cada farmácia. O que o Governo pretendeu foi “empurrar” para as farmácias a responsabilidade da vacinação, saindo essa responsabilidade do SNS. Entretanto, as pessoas andavam a perguntar nas farmácias, porque ouviam na televisão que havia vacinas nas farmácias quando não havia. O senhor Presidente podia falar muito da questão da oposição e do respeito institucional, mas isso não interessa, é passado e o que aconteceu no passado deve ficar lá atrás. Mesmo esta guerra, que muitas vezes havia, mais surda, com o CDS “morreu” há muito tempo, e ainda bem, porque a democracia faz-se disto, de divergência, mas de respeito. O Governo anunciou apoio às Autarquias locais, no âmbito da COVID. Que apoio é que deu? Até à data não deu nada, e não é só em Vagos é em todas as Autarquias. Há dificuldades? Pois com certeza que há. A Ministra da tutela é das pessoas que tem mais dificuldades, houve os Presidente de Câmara, dá-lhes atenção, sabe das dificuldades, mas não tem dinheiro. É um mal geral. A Assembleia Municipal é o cenário privilegiado para que a democracia representativa deu para se discutirem os temas e não na comunicação social.*

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que o senhor Presidente disse que quando recebeu as propostas da oposição não quis saber delas, porque estava a fazer o que

interessa. E na resposta a esse e-mail o senhor Deputado Nuno Moura referiu “*vocês querem ter respostazinhas, ai vocês enviam propostas e querem respostazinhas.*” Assim, é impossível debater e, portanto, isto é autoexplicativo e é ironia dramática a Câmara Municipal falar de política espetáculo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e esclareceu que o que referiu foi o momento e as circunstâncias em que o Partido Socialista enviou as propostas. A Câmara Municipal respondeu ao Partido Socialista que haveria oportunidade de discutir o tema em sede de Assembleia Municipal que é o local privilegiado e não os jornais, porque se a notícia saiu nos jornais e não foi a Câmara Municipal a divulgar só pode ter sido o Partido Socialista. Aquilo que o senhor Presidente disse, aqui, hoje, foi que havia sessão da Assembleia Municipal em junho, que foi feita, e discutia-se aqui o tema, como se discutiu. Os senhores não podem é querer que as propostas do Partido Socialista sejam todas aceites, isso não tem sentido, pode-se aceitar umas mas não se aceitam outras. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e pediu desculpas ao senhor Deputado Bruno Julião, mas na intervenção que fez não se estava a dirigir diretamente ao Partido Socialista e sim “*vocês oposição*”. Neste momento o PSD não é oposição, mas já foi durante muitos anos e em anos muito difíceis em que a oposição não tinha a sorte de ser tratada como é agora. Tem que haver um pouco de humildade e de poder de encaixe, porque a forma como as coisas são ditas muitas vezes não têm o alcance que se pretende dar. O senhor Deputado Nuno Moura compreende que a partir do momento que as Assembleias Municipais passaram a ser transmitidas via *on-line*, e muito bem, para que os munícipes possam ter acesso aos assuntos que aqui são discutidos, o Partido Socialista de Vagos aproveita para fazer política em vez de discutir os assuntos que realmente interessam discutir na Assembleia Municipal. Isso é perfeitamente compreensível, porque é o maior palco que o Partido Socialista tem para transmitir as suas ideias. Isto não é desrespeitar a oposição, é ser realista. Relativamente àquilo que vai acontecendo e os senhores só têm que respeitar as críticas e a opinião diversa assim como o PSD respeita a opinião de cada um. O Partido Socialista de Vagos tem, na opinião do senhor Deputado, muitas ideias boas, mas se calhar tem pouca gente para as implementar e também tem alguma dificuldade em as conseguir transmitir para que de certa forma as pessoas as compreendam. Contudo, isso é um problema do Partido Socialista que terá de corrigir com certeza. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Primeiro Secretário, senhora Maria Helena Marques, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e duas horas e vinte minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa.

----- **O Presidente,** _____.